

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR E AVALIAR A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E SUA REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA.

REQUERIMENTO N.º /2009
(Da Sra. Perpetua Almeida)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar da questão do uso de recursos públicos por empresas privadas.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, que sejam convidados a comparecer nesta comissão, em Audiência Pública a ser agendada, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Presidente da Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), Sr. Wagner Gomes, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sr. Artur Henrique da Silva Santos, e o Presidente da Força Sindical, Sr. Paulo Pereira da Silva, tendo como temática a situação de empresas privadas que utilizam recursos públicos sem assumirem, no entanto, o compromisso de manter ou expandir o nível de emprego.

Sala da Comissão, em de março de 2009

**PERPETUA ALMEIDA
DEPUTADA FEDERAL PCdoB/AC**

JUSTIFICATIVA

A crise internacional já está atingindo o nível de emprego no Brasil. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), compilado mensalmente pelo Ministério do Trabalho, quase **800 mil** postos de trabalho já foram perdidos desde o início da crise.

O aumento do desemprego concentrou-se, sobretudo, no setor industrial. A indústria de transformação, por exemplo, chegou a setembro do ano passado com aproximadamente 7,1 milhões de pessoas contratadas com carteira assinada, segundo dados do CAGED. No entanto, entre outubro e janeiro deste ano, cortou aproximadamente **400 mil** vagas! O efeito multiplicador desse ajuste sobre os setores de serviços e comércio ainda está por vir.

No último dia 19 de fevereiro, a sociedade brasileira assistiu estarrecida a **EMBRAER** demitir **4.273 funcionários**, que representam 20% do total de seus 21.362 funcionários. Ao primeiro sinal da crise, os executivos da empresa tomaram essa drástica medida, ao invés de tentar negociar com os trabalhadores uma saída que garantisse os empregos.

A atitude da EMBRAER é ainda mais grave quando se verifica que, entre 1997 e 2008, a empresa foi beneficiada com **R\$ 19,7 bilhões** (US\$ 8,39 bilhões) por parte do BNDES. Deve-se recordar que pelo menos 40% dos recursos do FAT são repassados ao BNDES, para aplicação em programas de desenvolvimento econômico (art. 239, par.1º, ADCT, Constituição Federal).

Diante deste quadro, é preciso reavaliar a política de subsídio às empresas. Portanto, é necessário condicionar a liberação de crédito pelo BNDES e demais bancos públicos, à manutenção ou expansão do nível de emprego.

Para discutir estas questões, propomos o presente requerimento, certos de que contaremos com o apoio de nossos pares nesta comissão.